

11. Contratação - CPE.17.22.DMOSM - Empreitada de “Requalificação e Ampliação do Jardim de Infância de Gualtar” – Ratificação.

Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, proposta de ratificação da decisão tomada pelo Sr. Presidente, em 30/08/2023, que aprovou a caducidade da adjudicação à entidade Crismaga, S.A; aprovou a adjudicação da empreitada ao 2.º classificado (entidade COSTEIRA – Engenharia E Construção, S.A) e simultaneamente aprovou a respetiva minuta do contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

ASSUNTO: Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Proposta de caducidade da adjudicação à entidade CRISMAGA, S.A; adjudicação da empreitada ao 2.º classificado, entidade COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A; aprovação da respetiva minuta do contrato.

PROPOSTA:

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente de 30 de agosto de 2023, que aprovou a caducidade da adjudicação à entidade CRISMAGA, S.A; aprovou a adjudicação da empreitada ao 2.º classificado (entidade COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A) e simultaneamente aprovou a respetiva minuta do contrato. Tudo em conformidade com a proposta de caducidade e documentos anexos.

A técnica da UAC,

Anexos:

1. Relatório Final;
2. 1.º Pedido de prorrogação do prazo para entrega da caução;
3. Aprovação 1.º Ped. prorrog. Prazo Apresentação da caução;
4. 2.º Pedido de prorrogação do prazo para entrega da caução;
5. Indeferimento do 2.º pedido de prorrogação do prazo para apresentação da caução / proposta de caducidade da adjudicação da presente empreitada;
6. Pronúncia apresentada em sede de audiência Prévia;
7. Proposta de Caducidade da adjudicação e adjudicação ao 2.º classificado e respetiva minuta do contrato.

Assunto: Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Ratificação da decisão de aprovação do conteúdo do Relatório Final, adjudicação da empreitada e aprovação da Minuta do Contrato.

PROPOSTA:

Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente de 29 de junho de 2023, que aprovou o conteúdo do Relatório Final; aprovou a adjudicação da empreitada ao concorrente CRISMAGA, S.A, e aprovou a Minuta do Contrato.

A Técnica da UAC,

Anexos:

1. Relatório Final;
2. Minuta do Contrato;
3. Compromisso;
4. Exposição do concorrente Costeira - Engenharia e Construção, S.A;
5. Relatório Preliminar;
6. Proposta CRISMAGA, S.A.



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

RELATÓRIO FINAL
CONCURSO PÚBLICO: CPE.17.22.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se à Sr.^a
Diretora.

O Diretor do DOM.

27/06/2023

Remeta-se ao Sr.
Presidente.

A Diretora da DMOSM.

2023/06/28

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23/06/27

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: **Câmara Municipal de Braga**

Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Preço base (Pb): €1.227.555,66 (um milhão duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e seis centimos) (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 360 (dias).

Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas

Júri do procedimento:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

I – INTRODUÇÃO

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 22/06/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; Lei 30/2021 de 21 de maio e Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **16078/2022**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 233, de 5 de dezembro de 2022, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, tendo como resultado o seguinte:

O concorrente **COSTEIRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A**, apresentou a reclamação que se anexa.

III – DELIBERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO:

O júri ponderou as observações do concorrente Costeira - Engenharia e Construção, S.A, tendo solicitado apoio jurídico para o efeito e deliberou não acolher os argumentos apresentados, pelos motivos adiante descritos:

O programa do concurso público para a formação do contrato de empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO J.I. DE GUALTAR”**, estabelece como critério de adjudicação o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade «*melhor relação qualidade-preço*» previsto na alínea), do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por ponderação de dois fatores:

- i. O preço (70%); e
- ii. A valia técnica da proposta (30%), compreendendo dois subfatores;
 - a. A metodologia (50%), e o
 - b. Programa de trabalhos (50%).

Aqueles aspetos são, assim, os únicos fatores que densificam o critério de adjudicação e que, como tal, abrangem todos, e apenas, os aspetos da execução do contrato a celebrar submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, como decorre do imposto pelo n.º 1 do artigo 75.º do aludido *Código dos Contratos Públicos*.

Ora, quando neste tipo de procedimento pré-contratual é escolhido a *modalidade multifator* para a adjudicação do contrato, o artigo 139.º do *Código dos Contratos Públicos* impõe a adoção e divulgação de um modelo de avaliação das propostas. Na construção desse modelo assume relevância muito particular o n.º 3 do referido artigo 139.º. Diz-se ali o seguinte:

«Para cada fator ou subfator elementar deve ser definida uma escala de pontuação através de uma expressão matemática

ou

em função de um conjunto ordenado de diferentes atributos suscetíveis de serem propostos (...)»

O *Código dos Contratos Públicos* oferece, assim e portanto, duas opções distintas para a construção do modelo de avaliação das propostas pelas entidades adjudicantes:

- i. Uma **expressão matemática** (solução adotada no concurso para a avaliação do fator *preço*);
- ii. Um **conjunto ordenado de atributos** (solução adotada no concurso para a avaliação do fator *valia técnica*).

A avaliação das propostas construída a partir da organização e hierarquização de atributos suscetíveis de serem propostos não só é, portanto, possível e legítima, como

pode e deve estar sustentada numa escala de pontuação. Essa solução permitirá fazer corresponder a uma avaliação qualitativa uma referência quantitativa. Essa foi, precisamente, a solução metodológica gizada pela entidade adjudicante na construção do processo de avaliação do fator «**valia técnica**».

Não obstante, a formulação aplicada pelo n.º 3 do artigo 139.º do CCP é muito concreta: a metodologia deve indicar o **conjunto ordenado de atributos**. É o mesmo que dizer o conjunto ordenado de *características ou elementos* (artigo 56.º, n.º 2 do CCP).

E o que são essas características ou elementos?

São as *“prestações ou tarefas concretamente definidas (pela sua espécie, qualidade e quantidades e por quaisquer outros elementos ou características) que, em relação aos aspetos de execução do contrato submetidos à concorrência*

(...) os concorrentes se propõe fazer à entidade adjudicante”[1]. Como sublinha a doutrina, o atributo é aquilo que singulariza uma proposta das demais e que vai traduzir o modo concreto como um concorrente responde ao convite a contratar formulado pela entidade adjudicante[2].

Se assim é, então a metodologia de análise das propostas, quando construída a partir desta hipótese legal – **conjunto ordenado de diferentes atributos** – tem de apresentar, para cada (de)grau de valorização qualitativa e/ou quantitativa, a identificação das características de execução do contrato ou, no dizer da doutrina, das *prestações ou tarefas concretamente definidas (pela sua espécie, qualidade e quantidades e por quaisquer outros elementos ou características)*.

Nestes casos, portanto, a metodologia de avaliação tem de ser construída e ter como suporte diferentes características ou propriedades alternativas para a prestação pretendida do adjudicatário. Afigura-se-nos, por isso, que este modelo só é de apresentação objetivamente exequível se consubstanciar, na prática, para cada juízo qualitativo ou referência quantitativa, uma **proposta-modelo**, uma **proposta-referência**. Será, então, a partir de diferentes descrições de características suscetíveis de serem propostas que se formulará uma hierarquia de juízos e, correlativamente, se atribuirá a respetiva pontuação.

[1] In Concursos e Outros Procedimentos de Contratação Pública, Mário e Rodrigo Esteves de Oliveira, Almedina, pág. 584.

[2] Idem

As diferentes *propostas-modelo*, ou seja, as diferentes enunciações de características possíveis para as propostas permitirá hierarquizar e distinguir por mérito as diferentes propostas apresentadas. Com essa base metodológica, cada concorrente poderá optar, na formulação da sua proposta, pelo tipo e modo de prestação (as características concretas, os atributos) a que se deseja vincular. Ao Júri será, então, possível, reportar os atributos de cada proposta apresentada aos atributos compreendidos em cada *proposta-modelo* constante da grelha de descritores, correlacionando-as e fixando a pontuação. Os juízos formulados pelo Júri serão, então, conclusões valorativas (e quantitativas) que resultam já da metodologia, conclusões essas que têm por suporte uma realidade objetiva: a comparação entre as propostas apresentadas pelos concorrentes e as *propostas-modelo* fixadas na metodologia de análise das propostas.

Assim:

Para análise do fator «**valia técnica da proposta**», o Regulamento de Análise das Propostas estabelece uma hierarquia de descritores. A cada descritor está associada uma pontuação. Para concretizar a avaliação, o Júri terá de subsumir os atributos de cada proposta ao conjunto ordenado de descritores existentes, determinando a sua inserção nas diferentes hipóteses, culminado com a atribuição da correspondente pontuação.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, tal como indica expressamente o Regulamento de Análise, as propostas serão avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 13.º do mesmo Regulamento.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, tal como também indica expressamente o Regulamento de Análise, as propostas serão avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

Apresenta-se ao Júri, portanto, inequívoco que o documento decisivo para a análise das propostas à luz do fator «**valia técnica**» é, então, a memória descritiva e justificativa da metodologia, documento que, *de per si* - ainda que com o contributo dos outros, mas fundamentalmente por si – revelará se estão, ou não, preenchidos os pressupostos correspondentes às interrogações seguintes:

- ✓ O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo?
- ✓ O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra?
- ✓ Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos?
- ✓ Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios?

Do mesmo modo, é através da análise do plano de trabalhos que o Júri responderá às questões-pressupostos enunciadas no artigo 12.º do Regulamento de Análise, determinando se:

- ✓ O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada?
- ✓ O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência?
- ✓ O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento?
- ✓ O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia?

A. ANÁLISE DA PRONÚNCIA APRESENTADA EM AUDIÊNCIA PRÉVIA

Relativamente á pronúncia apresentada em sede de Audiência Prévia pela concorrente *COSTEIRA, Engenharia e Construção SA*, prevista e consagrada no artigo 147.º do Código de Contratos Públicos informa-se:

1. Relatório Preliminar - Conclusões e considerações

Em 14/03/2023 reuniram-se os membros do júri do procedimento com o objetivo de proceder à análise e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado, desta análise



resultou e elaboração do Relatório Preliminar com despacho de conhecimento datado de 23/03/2023.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resultou a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
COSTEIRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	0,0069	1,000	0,30
CONSTRUÇÕES F.M. MAGALHÃES, LDA.	0,0021	0,750	0,23
CRISMAGA, S.A.	0,0322	1,000	0,32
RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.	0,0088	0,625	0,19

A ordenação das propostas resultou da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

Posição	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço - P	Prazo de execução (dias)
1º	CRISMAGA, S.A.	0,32	€1.188.000,00	360
2º	COSTEIRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	0,30	€1.219.045,07	360
3.º	CONSTRUÇÕES F.M. MAGALHÃES, LDA.	0,23	€1.224.992,18	360
4.º	RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.	0.19	€1.216.809,66	360

2. Termos da pronúncia apresentada

A concorrente COSTEIRA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A., ordenada e classificada na segunda posição na lista de ordenação final, vem pronunciar-se em sede de direito de audiência prévia que lhe confere o artigo 147.º do CCP, contestando a classificação atribuída ao concorrente CRISMAGA S.A., primeira classificada na ordenação das propostas, alegando que a propostas apresentada contém “*erros de avaliação evidentes*” não compatíveis com a apreciação e avaliação atribuída ao subfator <valia técnica> - Avaliação 1 (muito boa)

Assim alega:

a) Relacionado com pressuposto 2 do 1.º Subfator – Metodologia

Critério de análise: “*O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra*”.

Ponto 8 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre Memória Descritiva (MD) e Plano de mão de obra (PMO) ao nível do artigo <equipamentos de estaleiro> estando omissos ao nível do MD a carga de mão-de-obra <Equipa Técnica> prevista no artigo 1.4;
- Incompatibilidade entre MD e Plano de Equipamentos (PE) considerando omissos o equipamento <Equipamentos de Elevação> ao nível do PE;
- Incompatibilidade entre MD e Plano de Equipamentos (PE) considerando omissos os equipamentos <Equipamento p/ vedação de obra; Contentores de Resíduos; Ferramentaria> ao nível da MD;

Ponto 9 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e PMO/PE ao nível do artigo <Equipamentos e Demolições> considerando omissos o operador <Manobrador/motorista> e os



equipamentos <Rebarbadora, Viatura de carga e Escoramentos> ao nível da PMO e PE respetivamente;

Ponto 10 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamentos de Movimento de Terras> considerando omissos o equipamento <Escoramentos e entivações> ao nível do PE;

Ponto 11 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamento de Alvenarias> considerando omissos o equipamento <conjunto de andaimes> ao nível do PE;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamento de Alvenarias> considerando omissos o equipamento <máquina de cortar bloco/tijolo> ao nível do PE;

Ponto 12 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e PMO/PE ao nível do artigo <Equipamento de Betão Armado> considerando que a designação do artigo não tem correspondência <Eq. Betão Armado vs betão armado (cimenteiro)> ao nível das frentes de trabalho;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Betão Armado> considerando omissos os equipamentos <pulverizador descofrante e ferramentas diversas> ao nível do PE;

Ponto 13 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Instal. AVAC> considerando omissos os equipamentos <aparafusador e berbequim> ao nível do PE;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Instal. AVAC> considerando omissos os equipamentos <máquina de soldar> ao nível do PE;

Ponto 14 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Serralharia> considerando omissos os equipamentos <régua e esquadros> ao nível do MD;

Ponto 15 da pronúncia:

- Perante a afetação técnica percentual atribuída ao nível da MD e PMO ao <Técnico de SHST Qualidade e Ambiente> questiona qual o entendimento prático dessa distribuição percentual;
- Incompatibilidade entre MD e o PMO ao nível da distribuição de meios humanos por frente de trabalho assim como do total;

b) Relacionado com pressuposto 4 do 2.º Subfator – Programa de Trabalhos

Critério de análise: “O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia”

Ponto 22 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o Plano de Trabalhos (PT), sendo omissa ao nível da MD a tarefa < 3.19.1.15.1 – extintores > definida como crítica ao nível do PT;
- Relativamente à mesma tarefa crítica alega-se incoerência na duração da tarefa <dias úteis vs dias corridos>

Deste modo,

- ✓ decorrente das alegações acima explanadas, vem requerer o concorrente COSTEIRA SA a reclassificação da proposta do concorrente CRISMAGA SA, procedendo-se a esta reclassificação através da redução da pontuação obtida inicialmente nos subfatores < Metodologia > e < Programa de Trabalhos >. A redução proposta alteraria a pontuação de obtida de 1 (muito bom) para 0,75 (Bom) em ambos os subfatores.

- ✓ Verificando-se a alteração da pontuação proposta, **requere ainda a alteração da lista de ordenação das propostas e consequente adjudicação da empreitada ao signatário COSTEIRA S.A.**

3. Proposta de decisão

Analizados os factos e as alegações que motivaram a presente pronúncia em sede de audiência prévia, os membros do júri determinaram por unanimidade:

A. Relacionado com pressuposto 2 do 1.º Subfator – Metodologia

Proposta de decisão sobre o ponto 8 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre Memória Descritiva (MD) e Plano de mão de obra (PMO) ao nível do artigo <equipamentos de estaleiro> estando omissa ao nível do MD a carga de mão-de-obra < Equipa Técnica > prevista no artigo 1.4 do mapa de quantidades;

Os membros do júri consideram, por unanimidade, que a carga de mão-de-obra associado a <Equipa Técnica> prevista em PMO se subentende e associa ao corpo técnico composto por <Técnico de Segurança> e <Diretor Técnico da empreitada> previstos na página 17 da Memória Descritiva, como tal não se verifica a incompatibilidade alegada. Tecnicamente, os documentos são compatíveis, congruentes e complementares.

- Incompatibilidade entre MD e Plano de Equipamentos (PE) considerando omissa o equipamento <Equipamentos de Elevação> ao nível do PE;

Os membros do júri confirmam que ao nível do ME proposto não consta a afetação do equipamento <equipamento de elevação> previsto na página 17 da Memória Descritiva. Isso não significa, porém, que os documentos sejam contraditórios ou incompatíveis entre si, oferecendo antes, do ponto de vista técnico, informação complementar e que, agregada, esclarece o sentido e alcance da proposta apresentada. Para o Júri, os documentos apresentados são compatíveis, congruentes e complementares, de facto, a incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de um determinado equipamento a disponibilizar para a execução da mesma tarefa, o que não é o caso. Concluindo, o carácter de complementaridade entre a MD e o PE

é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar em obra pelo menos a quantidade de equipamento de elevação previsto ao nível da MD;

- o Incompatibilidade entre MD e PE considerando omissos os equipamentos <Equipamento p/ vedação de obra; Contentores de Resíduos; Ferramentaria> ao nível da MD constando do PE;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

Relativamente ao equipamento <Equipamento p/ vedação de obra>, embora não se encontre textualmente previsto em MD na tabela da página 17, se subentenderá como integrante do equipamento <equipamento de proteção coletiva> esse sim previsto. Nessa medida, também aqui, o Júri considera que os documentos apresentados se ajustam e complementam entre si, apresentando a informação necessária, adequada e suficiente à sua cabal interpretação, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade.

- Relativamente ao equipamento <Contentores de resíduos>, embora não se encontre textualmente previsto em MD na tabela da página 17, considera-se que o descrito no ponto “10.3. Plano de Acompanhamento ambiental”, nomeadamente na sua página 114 e 115, suficiente para se garantir a disponibilização em obra de pelo menos 1 contentor de resíduos. Nessa medida, também aqui, o Júri considera que os documentos apresentados se ajustam e complementam entre si, apresentando a informação necessária, adequada e suficiente à sua cabal interpretação, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade
- Relativamente ao equipamento <Ferramentaria>, os membros do júri confirmam que ao nível do PE consta a afetação do equipamento em causa e não consta do quadro representado na página 17 da Memória Descritiva nem é possível apurar a sua afetação à obra por análise integral ao documento. No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão,

sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade. A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de um determinado equipamento a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PE é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar em obra pelo a quantidade de equipamento previsto ao nível do PE;

Proposta de decisão sobre o ponto 9 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e PMO/PE ao nível do artigo <Equipamentos e Demolições> considerando omissos o operador <Manobrador/motorista> e os equipamentos <Rebarbadora, Viatura de carga e Escoramentos> ao nível da PMO e PE respetivamente;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

- Relativamente ao operador <Manobrador/motorista>, os membros do júri confirmam que ao nível da página 18 da MD consta a afetação do operador em causa, não se verificando essa afetação ao nível do capítulo 2.1 do PMO nem é possível apurar a sua afetação à obra por análise integral ao documento. *No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade. A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PMO, diferentes quantidades de uma determinada afetação de mão-de-obra a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PMO é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar, em obra, pelo a menos quantidade de mão de obra previsto ao nível do MD;*
- Relativamente aos equipamentos <Rebarbadora, Viatura de carga e Escoramentos>, os membros do júri confirmam que ao nível da página 18 da MD constam os equipamentos em causa em causa, não estando reproduzido ao nível do capítulo 2.1 do PE nem é possível apurar a sua afetação à obra por

análise integral ao documento. *No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade.* A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de uma determinada afetação de equipamentos a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PE é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar, em obra, pelo a menos quantidade de equipamento previsto ao nível do MD;

Proposta de decisão sobre o ponto 10 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamentos de Movimento de Terras> considerando omissos o equipamento <Escoramentos e entivações> ao nível do PE;
- Relativamente ao equipamento <Escoramentos e entivações>, os membros do júri confirmam que ao nível da página 18 da MD consta dos equipamentos em causa em causa, não se verificando essa compatibilidade ao nível do capítulo 2.12.18.1.1. do PE, nem é possível apurar a sua afetação à obra por análise integral ao documento. *No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade.* A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de uma determinada afetação de equipamentos a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PMO é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar, em obra, pelo a menos quantidade de equipamento previsto ao nível do MD;

Proposta de decisão sobre o ponto 11 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamento de Alvenarias> considerando omissos o equipamento <conjunto de andaimes> ao nível do PE;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Equipamento de Alvenarias> considerando omissos o equipamento <máquina de cortar bloco/tijolo> ao nível do PE;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

Relativamente ao equipamento <Equipamento de Alvenarias>, embora não se encontre textualmente previsto em PE ao nível do capítulo 2.4.2 (Paredes interiores), se subentenderá como previsto, pois esse equipamento consta do capítulo 2.4.1 (paredes exteriores) que, de acordo com o plano de trabalhos, se desenvolve em simultâneo. Cumulativamente este

equipamento consta também ao nível do artigo 2.4.2.9 o que pressupõe a sua afetação à tarefa. Existe assim, portanto, informação suficientemente detalhada para compreender o sentido e alcance da proposta apresentada neste domínio.

- Relativamente ao equipamento <máquina de cortar bloco/tijolo>, os membros do júri confirmam que ao nível do capítulo 6.2.5 da página 19 da MD não consta da lista de equipamentos a afetar à tarefa, não se verificando, portanto, reprodução ao nível do capítulo 2.4.2 do PE, nem é possível apurar a sua afetação à obra por análise integral ao documento. *No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade.* A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de uma determinada afetação de equipamentos a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PMO é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar, em obra, pelo a menos quantidade de equipamento previsto ao nível do MD;

Proposta de decisão sobre o ponto 12 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e PMO/PE ao nível do artigo <Equipamento de *Betão Armado*> considerando que a designação do artigo não tem correspondência <Eq. *Betão Armado vs betão armado (cimenteiro)*> ao nível das frentes de trabalho;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. *Betão Armado*> considerando omissos os equipamentos <*pulverizador descofrante e ferramentas diversas*> ao nível do PE;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

Relativamente à designação <Eq. *Betão Armado vs betão armado (cimenteiro)*>, embora esta última não se encontre textualmente previsto em MD ao nível da página 25 do capítulo 6.2.13 (Frente de Betão Armado), considera-se que se trata de uma mera divergência de linguagem, sem qualquer tipo de materialidade e expressão prática, sendo, portanto, facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada.

- Relativamente ao equipamento <*pulverizador descofrante*>, os membros do júri confirmam, por unanimidade, a omissão e incompatibilidade identificada, ou seja, que ao nível da página 25 do capítulo 6.2.5 da MD consta da lista de equipamentos a afetar à tarefa, não se verificando reprodução equivalente ao nível do capítulo 3.2.6 do PE, nem é possível apurar a sua afetação à obra por análise integral ao documento. *No entanto, da leitura e interpretação conjugada e articulada dos documentos apresentados, que se ajustam e complementam entre si, resulta a informação necessária, adequada e suficiente à compreensão, sem que se verifique oposição, contradição ou incompatibilidade.* A incompatibilidade verificar-se-ia caso a proposta apresentasse, entre a MD e o PE, diferentes quantidades de uma determinada afetação de equipamentos a disponibilizar para a execução da mesma tarefa. Concluindo, o caráter de complementaridade entre a MD e o PMO é só por si suficiente para garantir e obrigar a entidade executante a disponibilizar, em obra, pelo a menos quantidade de equipamento previsto ao nível do MD;

Relativamente ao equipamento <ferramentas diversas>, embora esta última não se encontre textualmente previsto em PE ao nível do capítulo 3.2.6, considera-se que se trata de uma mera divergência de linguagem, sem qualquer tipo de materialidade e expressão prática, sendo, portanto, facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada, julgando-se ainda que as ferramentas e equipamentos previstos no mesmo capítulo são entendíveis como suficientes para a execução da tarefa, para além de se prever já ao nível do capítulo 3.2.5 a afetação de “Ferramentas Diversas”.

Proposta de decisão sobre o ponto 13 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Instal. AVAC> considerando omissos os equipamentos <aparafusador e berbequim> ao nível do PE;
- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Instal. AVAC> considerando omissos os equipamentos <máquina de soldar> ao nível do PE;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

- Relativamente aos equipamentos <aparafusador e berbequim>, embora não se encontrem textualmente previsto no PE ao nível do capítulo 3.7.1, embora conste na página 28 do artigo 6.2.18 da MD, considera-se que se trata de uma mera divergência de linguagem, sem qualquer tipo de materialidade e expressão prática, sendo, portanto, facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada, presumindo-se claramente incluídos ao nível do equipamento “cj. Equip. mont. Inst. Mecânicas” previsto no mesmo capítulo. É também do entendimento dos membros do júri que os termos do descritor do pressuposto (2) do 1.º subfator (Metodologia) não pressupõe a obrigatoriedade de se verificar a compatibilidade entre a MD e o PE, pelo que a proposta não seria depreciada por esse facto mesmo que a incompatibilidade se verificasse, o que não acontece;

Relativamente ao equipamento <máquina de soldar> previsto ao nível do capítulo 3.7.1 do PE, embora não se encontre textualmente previsto na página 28 do artigo 6.2.18 da MD, considera-se que se trata de uma mera divergência de linguagem, sem

qualquer tipo de materialidade e expressão prática, sendo, portanto, facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada, presumindo-se claramente incluído ao nível do equipamento “*máq. de eletrossoldadura*” previsto no mesmo capítulo, ou seja, considera-se que é a esta tipologia de equipamento de soldar que o concorrente se refere. É também do entendimento dos membros do júri que os termos do descritor do pressuposto (2) do 1.º subfator (Metodologia) não pressupõe a obrigatoriedade de se verificar a compatibilidade entre a MD e o PE, pelo que a proposta não seria depreciada por esse facto mesmo que a incompatibilidade se verificasse, o que não acontece;

Proposta de decisão sobre o ponto 14 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o PE ao nível do artigo <Eq. Serralharia> considerando omissos os equipamentos <réguas e esquadros> ao nível do MD;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

- Relativamente aos equipamentos <réguas e esquadros>, embora não se encontrem textualmente previsto no MD ao nível da página 33 do capítulo 6.2.26.1, embora conste no artigo 3.19.1.10 do PE, considera-se que se trata de uma mera divergência de linguagem, sem qualquer tipo de materialidade e expressão prática, sendo, portanto, facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada, presumindo-se claramente incluídos ao nível do equipamento “*cj. Ferramentas ligeiras de serralheiro*” previsto no mesmo quadro. É também do entendimento dos membros do júri que os termos do descritor do pressuposto (2) do 1.º subfator (Metodologia) não pressupõe a obrigatoriedade de se verificar a compatibilidade entre a MD e o PE, pelo que a proposta não seria depreciada por esse facto mesmo que a incompatibilidade se verificasse, o que não acontece;

Proposta de decisão sobre o ponto 15 da pronúncia:

- Perante a afetação técnica percentual atribuída ao nível da MD e PMO ao <Técnico de SHST Qualidade e Ambiente> questiona qual o entendimento prático dessa distribuição percentual;
- Incompatibilidade entre MD e o PMO ao nível da distribuição de meios humanos por frente de trabalho assim como do total;

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

Relativamente à afetação percentual atribuída ao corpo técnico <*Técnico de SHST Qualidade e Ambiente*>, considera-se que estará corretamente atribuída, sendo esta facilmente entendível e conduzível ao nível da eficaz gestão do contrato de empreitada. Interpretando, considera-se que o concorrente atribuiu uma afetação global à obra de 50% distribuindo para o *Técnico de SHST Qualidade e Ambiente*, distribuindo essa afetação percentual pelas tarefas 1.1.2, 1.5, 1.6 e 1.7, sendo assim claro para o Dono de Obra o compromisso e afetação mínima expectável e ao qual o concorrente se vinculará. É também do entendimento dos membros do júri que os termos do descritor do pressuposto (2) do 1.º subfator (Metodologia) não pressupõe a obrigatoriedade de se verificar a compatibilidade entre a MD e o PE, pelo que a proposta não seria depreciada por esse facto mesmo que a incompatibilidade se verificasse, o que não acontece;

c) Relacionado com pressuposto 4 do 2.º Subfator – Programa de Trabalhos

Proposta de decisão sobre o ponto 22 da pronúncia:

- Incompatibilidade entre MD e o Plano de Trabalhos (PT), sendo omissa ao nível da MD a tarefa <*3.19.1.15.1 – extintores*> definida como crítica ao nível do PT;
- Relativamente à mesma tarefa crítica alega-se incoerência na duração da tarefa <*dias úteis vs dias corridos*>

Os membros do júri consideram, por unanimidade:

Relativamente à tarefa <*3.19.1.15.1 – extintores*>, os membros do júri confirmam que contrapondo o PT com o quadro constante da página 57 do capítulo 6.4.6 – *Caminho Crítico* da MD verifica-se que o artigo 3.19.1.15.1, embora definido no PT como tarefa crítica, não consta como tal no quadro acima identificado. Em todo o caso, da leitura conjugada e articulada da informação apresentada, é possível ao Júri interpretar, de forma composta e agregada, a informação técnica necessária.

- Relativamente à mesma tarefa em que se alega incoerência na duração da tarefa <*dias úteis vs dias corridos*>, considera-se que, não sendo o parâmetro “dias corridos” um fator/critério de análise e avaliação das propostas, as

propostas não poderão ser depreciadas por uma omissão a este nível, no entanto, é também do entendimento dos membros do júri que contando do PT a duração da tarefa em dias úteis e data de início e fim da tarefa é perfeitamente inteligível e suscetível de garantir a eficaz gestão do contrato de empreitada, assim como das responsabilidades da Entidade Executante.

Em súmula:

O Júri considera que os documentos abordados na exposição apresentada em audiência prévia, porque se destinam a densificar diferentes subfatores do fator «valia técnica», devem merecer uma apreciação própria, específica e autónoma, por subsunção aos respetivos descritores metodológicos.

Efetivamente, um dos pressupostos de avaliação do subfactor «programa de trabalhos» aprecia a compatibilidade do plano de trabalhos, do plano de mão-de-obra e do plano de equipamentos entre si e com a metodologia apresentada.

A compatibilidade entre estes elementos informativos implica que as soluções desenhadas em cada documento são congruentes e alinhadas entre si, não apresentando opções contrárias, contraditórias, desassociadas. Ou seja, pretende-se que cada documento, vocacionado para a sua especificidade e caracterização própria – *por isso é que são documentos autónomos, apreciados à luz de diferentes subfatores* – reflita uma visão, uma estratégia e uma opção de execução da obra alinhada, ou seja, **compatível**.

Não se pretende que os documentos reproduzam mutuamente toda a informação solicitada, caso em que perderia interesse e utilidade a autonomização e especificidade técnica de cada documento.

No fundo, a compatibilidade pretendida concretiza-se na apresentação de uma visão, uma ilustração, uma *projeção* do modo de execução da obra completa, suficiente, adequada e congruente, através do tratamento da informação específica em cada documento, permitindo uma integração harmoniosa na sua leitura e interpretação. Por isso, ainda que um dado ou uma informação específica, compreendido num documento, não esteja reproduzido no outro, se da leitura conjugada for possível retirar conclusões firmes e completas sobre o

sentido e alcance do objetivo do concorrente, não se poderá concluir que essa ausência de «duplicação» constitui uma incompatibilidade.

O Júri concluiu ser esta a primordial conclusão relativa aos diferentes aspetos focados pelo concorrente na exposição que apresentou em sede de audiência prévia, como procurou sinalizar na análise especificada a cada argumento: as informações apresentadas nos diversos documentos apresentados são compatíveis e complementares. A circunstância de algumas informações constantes de um documento não estarem reproduzidas num outro não compromete a clareza da interpretação das opções técnicas, tanto mais que os aspetos sinalizados se apresentam sem especial expressão e representatividade no contexto global da apreciação dos pressupostos dos subfatores.

Por estes motivos, o Júri entende não existirem argumentos de ordem técnica justificativos da modificação do sentido proposto para a decisão final.

IV – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Face ao que foi referido anteriormente, o Júri deliberou por unanimidade manter o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, e manter a ordenação das propostas, nos seguintes termos:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	CRISMAGA, S.A.	€1.188.000,00	360 dias
2.º	COSTEIRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	€1.219.045,07	360 dias
3.º	CONSTRUÇÕES F.M. MAGALHÃES, LDA.	€1.224.992,18	360 dias
4.º	RUI VILAÇA PINHEIRO, LDA.	€1.216.809,66	360 dias

V – ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **CRISMAGA, S.A.** ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€1.188.000,00**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 360 dias.

I.1 – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 99711 de 26/06/2023.

I.2 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso. O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

I.3 – Documentos de Habilitação

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

I.4 – Contrato Escrito

- ***Minuta do contrato***

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;

- Para prestar Caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 28 de junho de 2023

O Júri do Procedimento

Em anexo:

- Relatório Preliminar;
- Exposição do concorrente Costeira - Engenharia e Construção, S.A.

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.17.22.DMOSM**“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: CRISMAGA, S.A., pessoa coletiva n.º 513745343, com sede na Quinta de Queixais, S/N, na freguesia de Lomba, concelho de Amarante, 4600-666 Amarante, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, com o capital social de € 100.000,00 (cem mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 28 de novembro de 2022, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no ano em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com a informação de cabimento n.º 70988, de 18/07/2022, atualizada em 23/11/2022, e a informação de compromisso n.º 99711, de 26/06/2023, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 18 de novembro de 2022.
- c) No seguimento do *Relatório Final de Avaliação e Ordenação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo, na

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR”**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso._____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados na **freguesia de Gualtar**, do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 1.188.000,00 (um milhão, cento e oitenta e oito mil euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

_____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F03 – edifícios escolares**._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º
(Prazos de execução da empreitada)

____O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **360 (trezentos e sessenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º
(Cessão da posição contratual)

____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 12.º

(Gestor do contrato)

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

____1. O dono da obra designa _____ como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. _____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. _____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. _____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: _____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt** _____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@crismagalda.pt** _____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. _____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. _____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. ____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

_____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

_____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

_____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

_____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

_____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

_____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

_____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

_____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual._____

____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)

Exmos. Senhores,

No âmbito da adjudicação da empreitada denominada "CPE.17.22.DMOSM_REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR", somos pelo presente a solicitar a V. Exas, que se dignem aprovar a prorrogação da entrega da caução correspondente a 5% do preço contratual, para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais, por mais 10 dias úteis, atendendo a que a Entidade Bancária ainda se encontra a proceder à emissão da mesma, aguardando-se que seja entregue muito brevemente. Para este atraso contribui o início do período de férias e todos os constrangimentos associados a este período do ano.

Certos da Vossa melhor atenção para o nosso pedido, ficamos a aguardar o Vosso deferimento.

Apresentando os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos,

Atentamente,

Amarante, 13 de Julho de 2023

Exmos. Senhores,

No âmbito da adjudicação da empreitada denominada "CPE.17.22.DMOSM_REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR", somos pelo presente a solicitar a V. Exas, que se dignem aprovar a prorrogação da entrega da caução correspondente a 5% do preço contratual, para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais, por mais 10 dias úteis, atendendo que o Banco BPI nos dias subsequentes ao pedido de prorrogação não procedeu à emissão da mesma, a Crismaga S.A. desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de prestar caução por uma diferente via. Neste sentido a entidade Seguros Cauções encontra-se a analisar a emissão de caução, tendo a Crismaga S.A. já entregue todos os elementos solicitados pela instituição e aguardando apenas resposta, que deverá ocorrer muito brevemente.


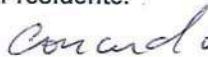
Como justificação para o atraso relembramos ainda o início do período de férias e todos os constrangimentos associados a este período do ano que impedem o normal funcionamento das instituições e uma maior celeridade no avanço dos processos.

Certos da Vossa melhor atenção para o nosso pedido, ficamos a aguardar o Vosso deferimento.

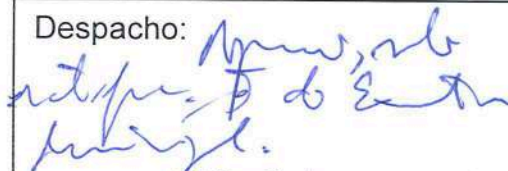
Apresentando os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos,

Atentamente,


Amarante, 27 de Julho de 2023

DELIBERAÇÃO:Remeta-se à Sr.^a
Diretora.
O Diretor do DOM,31/07/2023Remeta-se ao Sr.
Presidente.
A Diretora da DMOSM,31/07/2023

Despacho:



O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)23/07/31**Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM****Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".**

Preço base (Pb): €1.227.555,66 (um milhão duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e seis centimos) (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 360 (dias).

ASSUNTO: INDEFERIMENTO DO 2.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO / PROPOSTA DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO DA PRESENTE EMPREITADA**I – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO**

1. No âmbito do procedimento supramencionado e na sequência do despacho de adjudicação de 29/06/2023, exarado no Relatório Final, procedeu-se ao envio da notificação da adjudicação, ao concorrente CRISMAGA, S.A, a quem foi exigido, em conformidade com o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso, a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, no prazo de 10 dias úteis, ou seja, até dia 13/07/2023.

2. Em 13/07/2023 foi apresentado pelo adjudicatário um pedido de prorrogação do prazo para apresentação da Caução até dia 27/07/2023, tendo sido aprovada e concedida a respetiva prorrogação.
3. Em 27/07/2023 foi apresentado pelo adjudicatário novo pedido de prorrogação do prazo para apresentação da Caução até dia 10/08/2023, pelos motivos indicados no documento em anexo.

II – INDEFERIMENTO DO 2.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA CAUÇÃO

Tendo já sido concedida, para este efeito, uma prorrogação de prazo de 10 dias, não se julga existir fundamento nem enquadramento para que esse prazo seja de novo prorrogado, pois não existe qualquer indício de perturbação do mercado financeiro que inviabilize atempada prestação da garantia contratual exigida, a isto acresce que o Programa do Concurso admite a prestação de caução através de outras modalidades, nomeadamente seguro caução ou depósito em numerário. Assim, a disponibilização e prestação desta garantia teria de ser necessariamente prestada até ao termo do prazo fixado na prorrogação já concedida, ou seja 27/07/2023.

III – PROPOSTA DE CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A não apresentação da Caução dentro do prazo previsto, determina a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 91.º do Código de Contratos Públicos.

IV – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Face ao exposto e verificada a determinação da caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado, de acordo com o artigo 86.º, n.º 2 do CCP,

órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga

para que se pronuncie por escrito, no prazo de 5 dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia.

31 de julho de 2023

DMOSM/DOM/UAC,

Em anexo: **2.º Pedido de prorrogação do prazo**

Exmos. Senhores,

No âmbito da adjudicação da empreitada denominada "CPE.17.22.DMOSM_REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR", somos pelo presente a solicitar a V. Exas, que se dignem aprovar a prorrogação da entrega da caução correspondente a 5% do preço contratual, para garantia do cumprimento das obrigações legais e contratuais, por mais 10 dias úteis, atendendo que o Banco BPI nos dias subsequentes ao pedido de prorrogação não procedeu à emissão da mesma, a Crismaga S.A. desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de prestar caução por uma diferente via. Neste sentido a entidade Seguros Cauções encontra-se a analisar a emissão de caução, tendo a Crismaga S.A. já entregue todos os elementos solicitados pela instituição e aguardando apenas resposta, que deverá ocorrer muito brevemente.

Como justificação para o atraso relembramos ainda o início do período de férias e todos os constrangimentos associados a este período do ano que impedem o normal funcionamento das instituições e uma maior celeridade no avanço dos processos.

Certos da Vossa melhor atenção para o nosso pedido, ficamos a aguardar o Vosso deferimento.

Apresentando os nossos melhores cumprimentos, subscrevemo-nos,

Atentamente,

Amarante, 27 de Julho de 2023

Exmos. Senhores,

Na sequência da interpelação de V. Exas., vem pela presente a CRISMAGA S.A. pronunciar-se nos termos e para os efeitos do Artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo (doravante designado por CPA).

Em conformidade com as comunicações efetuadas, a CRISMAGA S.A. promoveu todas as diligências junto de várias instituições bancárias para obter a emissão de garantia bancária. Contudo e apesar da insistência da CRISMAGA S.A., as instituições bancárias não se pronunciaram em tempo oportuno ao pedido de emissão de garantia. Com efeito, e face à falta de resposta das instituições bancárias, a CRISMAGA S.A. desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de prestar caução, tendo solicitado junto da instituição Seguros Y Caución Portugal, pedido de emissão de seguro caução, conforme documento apresentado com o segundo pedido de prorrogação de prazo.

Portanto, não podemos concordar com a V. intenção de sem mais proceder à declaração da caducidade da adjudicação, uma vez que para tal ocorrer a falta de apresentação da garantia deve, conforme o artigo 91º nº 1 do CCP, ser imputável ao adjudicatário, o que entendemos não se verificar uma vez que a CRISMAGA S.A. usou de toda a diligência e realizou todos os esforços junto das entidades responsáveis para apresentar garantia bancária ou seguro caução, os quais se encontram pendentes de aprovação, uma vez que nos encontramos em período de férias, sendo que se tal não se mostrar possível, já se encontra a providenciar no sentido de criar condições para realizar depósito.

Assim, a responsabilidade da não prestação de garantia bancária não pode ser imputada à CRISMAGA S.A. que agiu com toda a prontidão e diligência no procedimento em causa, tendo atuado no sentido de prestar a caução, através de seguro caução, sendo que se não mostrar possível, diligenciará no sentido de a realizar através de bancário, pelo que deve ser dado provimento ao pedido de prorrogação apresentado pela CRISMAGA S.A e ser dado sem efeito a intenção de declarar a caducidade da adjudicação, nos termos notificados.

Amarante, 07 de agosto de 2023



DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.


O Diretor do DOM,

30/08/2023

Despacho:

*Após, no despacho
do Sr. Presidente.*

O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23/08/30

Órgão competente para a decisão de contratar: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Proposta de Caducidade da Adjudicação e Adjudicação ao Segundo Qualificado

I - Introdução e Identificação:

Concurso Publico: CPE.17.22.DMOSM

Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR".

Preço base (Pb): €1.227.555,66 (um milhão duzentos e vinte e sete mil, quinhentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos) (sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 360 (dias).

ASSUNTO: Proposta de declaração de caducidade da adjudicação e adjudicação ao segundo classificado

I - Enquadramento

No âmbito do procedimento supramencionado e na sequência do despacho de adjudicação de 29/06/2023, exarado no Relatório Final, procedeu-se ao envio da notificação da adjudicação, ao concorrente **CRISMAGA, S.A.**, a quem foi exigido, em conformidade com o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso, a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, no prazo de 10 dias úteis, ou seja, até dia 13/07/2023.

Em 13/07/2023 foi apresentado pelo adjudicatário um pedido de prorrogação do prazo para a prestação da caução até dia 27/07/2023, tendo sido aprovada e concedida a respetiva prorrogação do prazo, no interesse primordial de manter a adjudicação com a *proposta economicamente mais vantajosa* apresentada a concurso.

Certo é que decorrido aquele prazo complementar de 10 dias ao previsto no artigo 90.º do *Código dos Contratos Públicos*, o adjudicatário não prestou a caução exigida, em qualquer das modalidades prevista e autorizadas nas peças do procedimento.

Ao invés, o adjudicatário, em 27/07/2023 apresentou um novo e segundo pedido de prorrogação do prazo para a prestação da caução, agora até dia 10/08/2023. Naquele seu pedido, o adjudicatário explicitou que a entidade bancária que contactou não emitiu a garantia bancária solicitada, sem que, porém, tivesse apresentado e evidenciado factos e circunstâncias a si não imputáveis. Adicionalmente, o adjudicatário limitou-se a invocar o início do período de típico de férias, apontando para esse efeito pretensos constrangimentos associados a esse período que, alegou, impedem o normal funcionamento das instituições e uma maior celeridade no avanço dos processos, circunstâncias que, uma vez mais, não concretizou nem correspondem à experiência corrente na operação com operações bancárias.

Assim, tendo já sido concedida uma prorrogação de prazo em 10 dias, não existia fundamento nem enquadramento para que esse prazo pudesse ser de novo prorrogado, pois não existe qualquer indício de perturbação do mercado financeiro que inviabilizasse a atempada prestação da caução. Tanto mais que, como se sublinhou, as peças do

procedimento admitiam a prestação de caução através de outras modalidades, nomeadamente seguro caução ou depósito em numerário. Assim, a disponibilização e prestação desta garantia teria de ser necessariamente prestada até ao termo do prazo fixado na prorrogação já concedida, ou seja 27/07/2028.

Desta decisão foi o adjudicatário oportunamente notificado.

II - Intenção de declaração da caducidade da adjudicação

Nos termos previstos no artigo 91.º do *Código dos Contratos Públicos*, **a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos no *Código dos Contratos Públicos* e nas peças do procedimento, a caução que lhe seja exigida.**

Face ao exposto e verificada a determinação da caducidade da adjudicação, o adjudicatário foi notificado da intenção da entidade adjudicante declarar a caducidade da adjudicação, tendo-lhe sido concedido o prazo de cinco dias úteis para, querendo, se pronunciar por escrito em **audiência prévia**.

Naquele referido prazo, o adjudicatário alegou que a omissão na prestação da caução não lhe poderia ser imputada, uma vez que, informou, *«as instituições bancárias não se pronunciaram em tempo oportuno ao pedido de emissão de garantia. Com efeito, e face à falta de resposta das instituições bancárias, a CRISMAGA S.A. desenvolveu todos os esforços possíveis no sentido de prestar caução, tendo solicitado junto da instituição Seguros Y Caución Portugal, pedido de emissão de seguro caução, conforme documento apresentado com o segundo pedido de prorrogação de prazo»*.

Alegou, ainda, que *«já se encontra a providenciar no sentido de criar condições para realizar depósito»*.

Certo é que, nesta data, a caução não foi prestada, em nenhuma das modalidades, não tendo sido apresentadas pelo adjudicatário evidências dos invocados constrangimentos das

instituições bancárias e seguradoras, nem impedimento para a prestação da caução em depósito em dinheiro que permitisse afastar o juízo de imputabilidade.

III - Proposta de caducidade da adjudicação e adjudicação ao segundo classificado

Resulta do disposto no artigo 91.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos* que a **adjudicação caduca** se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida. Esta circunstância deve ser comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, IP.

Por força do n.º 2 daquele mesmo normativo, o órgão competente para a decisão de contactar deve **adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente**.

Nestes termos, propõe-se que:

- I. Se declare caduca a adjudicação decidida em 29/06/2023 à proposta apresentada pelo concorrente CRISMAGA, S.A., nos termos e com os fundamentos supra enunciados;
- II. Se comunique a caducidade da adjudicação ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, IP, dando cumprimento ao disposto no artigo 91.º, n.º 3 do *Código dos Contratos Públicos*
- III. Se adjudique o contrato à proposta classificada em segundo lugar na lista de ordenação das propostas indicada no Relatório Final, apresentada pelo concorrente COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., pelo valor de € 1.219.045,07 (um milhão, duzentos e dezanove mil, quarenta e cinco euros e sete cêntimos) e nos demais termos constantes da proposta e a aprovação da nova minuta do contrato;
- IV. Se notifique a nova adjudicação a todos os concorrentes, nos termos previstos no artigo 77.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, acompanhada do Relatório Final, para cumprimento do n.º 3 daquele normativo legal;

V. Simultaneamente e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do *Código dos Contratos Públicos*, se notifique o adjudicatário COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. para:

- Apresentar os documentos de habilitação exigidos, nos termos do disposto no artigo 81.º do *Código dos Contratos Públicos*;
- Prestar a caução exigida;
- Se pronunciar sobre a minuta do contrato.

O Júri do Procedimento,

Em anexo: Compromisso; Minuta do Contrato.

MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.17.22.DMOSM**“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR”**

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: COSTEIRA – ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., pessoa coletiva n.º 500505292, com sede social na Rua da Veiga, n.º 9, Barreiro, na freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, 4710-572 Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de €..... (.....), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal, de 28 de novembro de 2022, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.17.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no ano em curso, é a seguinte: 07/07010305, de acordo com a informação de cabimento n.º 70988, de 18/07/2022, atualizada em 23/11/2022, e a informação de compromisso n.º 101966, de 29/08/2023, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 18 de novembro de 2022.
- c) No seguimento da *Proposta de Caducidade da Adjudicação e Adjudicação ao Segundo Qualificado*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 6, do artigo 70.º do

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Código dos Contratos Públicos, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____

- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;_____

_____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

_____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO JI DE GUALTAR"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

_____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.____

Artigo 2.º
(Local da obra)

_____Os trabalhos de empreitada serão executados na **freguesia de Gualtar**, do concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a)._____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

_____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 1.219.045,07 (um milhão, duzentos e dezanove mil, quarenta e cinco euros e sete cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor._____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)

_____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula._____

____2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F03 – edifícios escolares**._____

____3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º
(Prazos de execução da empreitada)

____O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **360 (trezentos e sessenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*._____

Artigo 7.º
(Cessão da posição contratual)

____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 10.º

(Caução)

____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante, arquivada no respetivo processo._____

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 11.º

(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa a Eng.ª **Ana Cristina Silva**, como gestora do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do *Código dos Contratos Públicos*, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@costeira.pt**_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____

____5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte._____

Artigo 14.º
(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

____1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.____

____2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra._____

____3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra._____

____4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas._____

____5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas._____

____6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:_____

____a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;_____

____b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;_____

____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)

____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º
(Vigência)

____O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual._____

____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pelo Empreiteiro,

(.....)